

Debate coloca em pauta as liberdades democráticas

O já acentuado esgarçamento dos limites de atuação da Justiça contra as classes mais pobres, movimentos sociais e sindicais ganhou o campo político brasileiro. Foi o que declararam juristas e professores de diversas instituições, durante debate que lotou o emblemático Salão Nobre da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ, no dia 21. Com o tema central “Liberdades Democráticas, Abusos Judiciais e Lei Antiterrorismo”, o evento foi organizado pela Seção Sindical dos Docentes da UFRJ (Adufrj) em parceria com o Núcleo de Estudos Constitucionais da PUC-Rio.

Conforme exemplificou Adriano Pilatti, do Núcleo de Estudos Constitucionais da PUC-Rio, “escutas telefônicas em quantidades industriais, quebra da prerrogativa de advogados, manutenção de presos em prisão preventiva, vazamento seletivo de escutas” chegaram há pouco ao horizonte político. Mas já são situações “normais” desde junho de 2013, criticou.

A condução coercitiva do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi citada como elemento conhecido há tempos pelas populações negras e pobres, especialmente as que moram em territórios controlados militarmente. “A família do Amarildo (ajudante de pedreiro desaparecido em 2013, após ser detido pela polícia) sabe muito bem o que é condução coercitiva. A suspensão das garantias individuais acompanha os movimentos sociais e classes populares no Brasil constantemente”, disse a professora Mariana Trotta, que leciona na Faculdade Nacional de Direito da UFRJ e na PUC-Rio.

Geraldo Prado, da FND, por sua vez, foi além: “É necessário entender o fundamento histórico no sistema de justiça. O ensino jurídico, em determinadas universidades de elite, era relacionado à



Claudia Ferreira

Salão Nobre da FND-UFRJ

Escola Nacional de Guerra”, disse.

O grampo de conversas telefônicas da Presidência da República e de conversas entre advogados e clientes da Operação Lava-Jato foi repudiado por Victoria Sullocki, da PUC-Rio.

Ronaldo Cramer, vice-presidente da OAB-RJ, atacou as atuações do Judiciário no processo da Lava-Jato. “O que estamos assistindo é um processo de espetáculo. Juizes celebridades, promotores que posam para veículos como ‘Os Intocáveis’ e advogados vistos como obstáculo. O advogado não consegue ter acesso ao processo que está na mídia, não consegue defender o seu cliente. O que é a condução coercitiva senão a tentativa de fazer um cidadão prestar depoimento sem direito ao contato prévio com seu advogado?”, questionou.

Houve, ainda, críticas à Lei Antiterrorismo (13.260/2016), sancionada pela presidente Dilma no dia 17 de março. “A lei deveria ser repudiada por juristas e não juristas porque significa um atentado à Democracia”, declarou Juarez Tavares, professor da Faculdade de Direito da Uerj.

Unidade para reagir

A aliança entre imprensa e Judiciário – por exemplo, na divulgação de escutas telefônicas ilegais, conforme afirmaram todos os palestrantes – cria preocupantes precedentes para o fim das liberdades individuais e sociais garantidas na Constituição Federal. Todos os debatedores, inclusive os críticos ao governo Dilma, enfatizaram a necessidade de unir forças no campo de esquerda para reagir ao momento de desrespeito às normas legais.

A presidente da Adufrj-SSind, professora Tatiana Roque, destacou que defender garantias constitucionais brasileiras não é o mesmo que defender o governo. “Este debate nos dá sustentação para construir um novo discurso em defesa da democracia”, disse.

O debate foi transmitido via internet com mais de 130 acessos simultâneos. O vídeo pode ser assistido no canal da Adufrj no youtube: <http://migre.me/tjCl6>.

A matéria completa, com fotogaleria, pode ser vista em <http://goo.gl/Tpl0jm>

DEBATE

Sobre o novo Marco Legal da
Ciência, Tecnologia e Inovação

Salão Azul do Instituto de Biologia (CCS)

6 de abril
QUARTA-FEIRA
11h

Recadastramento não tem mais aviso para aposentados e pensionistas

Para conter gastos, MPOG deixou de enviar carta que lembrava o procedimento, obrigatório, aos ex-servidores

Mais que triplicou o número de aposentados retirados da folha de pagamento da UFRJ em função de problemas no recadastramento, nos últimos meses. De acordo com Danielle Camara, chefe da Seção de Aposentados da Pró-reitoria de Pessoal, a média até outubro de 2015 era de aproximadamente 30 casos mensais, disparando depois para mais de 100.

"Muitas pessoas não estão se recadastrando no mês de aniversário. E, após três meses, o sistema (Siape) corta da folha", informou a servidora. Para Danielle, o fim de uma comunicação prévia oficial, ainda em 2015, pode ser uma das explicações: "Antes, o Ministério do Planejamento (MPOG) mandava cartinha para todo mundo. Isso ajudava muito a pessoa a não esquecer. Só que eles pararam de enviar por causa do corte de gastos".

Outra possível causa para o problema residiria em

uma falha na transmissão de dados entre os bancos e o Siape. É que, desde 2013, o recadastramento passou das mãos da universidade para o Banco do Brasil ou para a Caixa Econômica Federal. Atualmente, a chamada "prova de vida" dos ex-servidores pode ser feita em qualquer agência de um dos dois estabelecimentos em todo o território nacional.

Procedimento é obrigatório

O processo de recadastramento anual, alerta a servidora, é obrigatório. Se o ex-servidor apresentar dificuldade de locomoção, a universidade pode solicitar ao banco que faça uma visita domiciliar ou providenciar ela mesma a diligência.

Como retomar os pagamentos

Para reaver os valores cortados, os aposentados e pensionistas devem comparecer à pró-reitoria de Pessoal e preencher um termo requerendo o retorno do pagamento. Segundo Da-

nielle, se isso for feito dentro do prazo de fechamento da folha, o reembolso é efetivado no mesmo mês. Caso contrário, só no primeiro dia útil do mês subsequente. O mês de março fechou no dia 11. Para meses anteriores, é aberto um processo.

Adufrj fez requerimento sobre a situação

Após receber vários relatos de aposentados reclamando desta situação, a assessoria jurídica da Adufrj protocolou um requerimento administrativo na reitoria. O objetivo é conseguir que seja feita uma notificação aos ex-servidores, por correspondência individual, até um mês antes do prazo limite para o corte. O documento também solicita orientação aos aposentados sobre os locais e maneiras de fazer o recadastramento e regularização imediata de todos os pagamentos cortados.

Leia a matéria completa em <http://goo.gl/DHJXt7>

Professores, atenção ao golpe de estelionato

Uma aposentada entrou em contato com a Adufrj para informar que sofreu um golpe de estelionato. Ela recebeu o telefonema de uma pessoa que se identificou como "advogada do Ministério da Justiça". A estelionatária afirmou que a aposentada teria direito a uma quantia de um processo antigo. Porém, para liberação do montante, seria necessário, antes, um depósito em conta da Caixa Econômica Federal, para pagamento das custas judiciais. E, infelizmente, o dinheiro foi repassado.

A assessoria jurídica da Adufrj esclarece que os valores devidos em ações judiciais independentem do pagamento de quantias prévias para sua liberação. Geralmente, essas despesas são pagas ao longo do processo. Se houver qualquer dúvida, o docente pode entrar em contato com a Seção Sindical, nos plantões jurídicos.

Outras notícias na página eletrônica da Adufrj:

Obra do BRT Transbrasil avança no Fundão
SAIBA MAIS EM [HTTP://GOO.GL/CXSYT2](http://goo.gl/CXSYT2)

Samantha Su



Professores reunidos no IFCS vão às ruas em defesa da Democracia

SAIBA MAIS EM [HTTP://GOO.GL/MOBYHB](http://goo.gl/MOBYHB)

Laboratório do Instituto de Biologia estuda lesões causadas pela infecção do vírus zika

SAIBA MAIS EM [HTTP://GOO.GL/XWIYGR](http://goo.gl/XWIYGR)

Laboratório da Coppe também contribui para a luta contra o vírus zika

SAIBA MAIS EM [HTTP://GOO.GL/5086CU](http://goo.gl/5086CU)